



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE RASTOS "TILLDOZER" NO ÂMBITO DA INFORMAÇÃO - USJAAL-DCTFAL 220/2025 DA CCDR - RELATIVA AO CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO/APOIO FINANCEIRO - PARA SUBSTITUIÇÃO DE BENS MÓVEIS SINISTRADOS - (DECRETO-LEI N.º 59-A/2024, DE 27 DE SETEMBRO), NO ÂMBITO DOS INCÊNDIOS OCORRIDOS EM SETEMBRO DE 2024

PROC. SACP N.º APROV_1000/2025

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente procedimento visa a celebração de um contrato que tem por objeto principal o fornecimento de "Aquisição de máquina de rastros "tilldozer" no âmbito da informação - USJAAL-DCTFAL 220/2025 DA CCDR - relativa ao contrato de comparticipação/apoio financeiro para substituição de bens móveis sinistrados - (Decreto-lei n.º 59-A/2024, de 27 de setembro), no âmbito dos incêndios ocorridos em setembro de 2024", em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos e respetivo Convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 2.º

Forma e documentos contratuais

1. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os supramentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e restantes peças do procedimento;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos, a sua prevalência é determinada pela ordem dos mesmos.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Artigo 3.º

Prazo de prestação do serviço/Duração do contrato

A relação contratual extingue-se com a entrega do bem, o que deverá ocorrer no prazo máximo de **140 dias**, contados da assinatura de contrato, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante e que devam perdurar, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos;

Artigo 4.º

Produção de efeitos

O contrato produzirá efeitos no primeiro dia útil imediato à data da sua celebração, cessando nos termos descritos no artigo anterior.

Artigo 5.º

Preço base

Pelo fornecimento dos bens/prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de São Pedro do Sul, deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o qual terá como parâmetro, nos termos do n.º 1 do artigo 47º do CCP, o montante máximo de **245.000,00€**.

O preço base referido inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte de bens e pessoas, alojamento, alimentação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, se aplicável.

Artigo 6.º

Faturação

No âmbito da execução do contrato, o cocontratante deve emitir faturas eletrónicas, conforme impõe o artigo 299.º-B do CCP e nos termos do Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, não sendo aceites faturas em formatos diferentes daquele.

1. Para cumprimento da norma referida no ponto anterior, o município disponibiliza o serviço de Intercâmbio Eletrónico de Dados (EDI)/comunicação de faturas eletrónicas, contratualizado junto do parceiro “Acin Icloud Solution” acessível através do endereço www.ilink.pt.
2. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou de nota de crédito/débito, consoante o caso.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Artigo 7.º

Pagamentos

1. Os pagamentos devidos pelo contraente público serão efetuados no prazo de **60 dias** após a entrega das faturas, as quais só podem ser emitidas após o cumprimento da obrigação a que se referem.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária, para IBAN a indicar pelo adjudicatário.

Artigo 8.º

Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de São Pedro do Sul, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 9.º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 10.º

Resolução de litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 11.º

Objeto

O presente procedimento tem como fim o fornecimento de “Aquisição de máquina de rastos "tilldozer" no âmbito da informação - USJAAL-DCTFAL 220/2025 DA CCDD - relativa ao contrato de comparticipação/apoio financeiro para substituição de bens móveis sinistrados - (Decreto-lei n.º 59-A/2024, de 27 de setembro), no âmbito dos incêndios ocorridos em setembro de 2024”, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos seus anexos e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Os bens/serviços a adquirir terão de cumprir as especificações técnicas definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e respeitar as disposições do Código dos Contratos Públicos e demais legislação sectorial aplicável.

Artigo 12.º

Mapa de quantidade

Código	Designação	Unidade	Qtd
1	Aquisição de máquina de rastos "tilldozer" no âmbito da informação - USJAAL-DCTFAL 220/2025 DA CCDD - relativa ao contrato de comparticipação/apoio financeiro para substituição de bens móveis sinistrados - (Decreto-lei n.º 59-A/2024, de 27 de setembro), no âmbito dos incêndios ocorridos em setembro de 2024	VG	1

Artigo 13.º

Especificações técnicas

Conforme Anexo “02.01 - Especificações Técnicas - MÁQUINA DE RASTOS VS1”.

Artigo 14.º

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e proposta, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Proceder ao fornecimento dos bens objeto do contrato, dentro do prazo indicado na proposta, de acordo com o tipo, especificações técnicas e quantidades previstas nas Cláusulas Técnicas presente Caderno de Encargos.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

- b. Garantir a qualidade dos bens a fornecer, conforme os requisitos técnicos definidos neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
- c. Assumir a garantia dos bens pelo prazo definido no Caderno der Encargos;
- d. Não alterar as condições do fornecimento previstas neste Caderno de Encargos;
- e. Proceder às manutenções obrigatórias previstas no anexo ao presente caderno de Encargos;
- f. Disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens a fornecer no âmbito da execução do contrato, todos os documentos (em língua portuguesa) que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles;
- g. Respeitar os horários de funcionamento dos serviços municipais para efeitos de entrega dos bens e formação;
- h. Respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor;
- i. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao contraente público e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito do contrato;
- j. Comunicar ao contraente público, até ao máximo de 24 horas após o seu conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do contrato ou o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações;
- k. Manter inalteradas as condições do fornecimento dos bens, salvo nos casos previstos no presente caderno de encargos;
- l. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que os bens são fornecidos e ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- m. Responsabilizar-se pela qualidade e substituição, em caso de defeito, dos bens fornecidos;
- n. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes com relevância para a aquisição, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- o. Prestar toda a informação a que esteja obrigado no âmbito do presente caderno de encargos, bem como toda a informação adicional respeitante aos bens em causa que lhe for solicitada pelo contraente público.

A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao cumprimento das obrigações referidas no número anterior, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do fornecimento a seu cargo.

2. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

Artigo 15.º

Local da entrega dos bens

1. A entrega dos bens/equipamentos deverá ocorrer nas instalações do Município de São Pedro do Sul, mais propriamente na Câmara Municipal, sita no Largo de Camões, n.º 16, 3660-436 São Pedro do Sul, 40°45'44.6"N 8°03'47.8"W, (40.762394, -8.063288), no prazo máximo mencionado no artigo 3.º do presente Caderno de Encargos. por conta e risco do concorrente.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

2. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega (se aplicável, e com a respetiva instalação) são da responsabilidade do fornecedor.

Artigo 16.º

Registos e outros encargos.

Todas as despesas associadas ao registo da viatura ficarão a cargo do adjudicatário.

Todos os impostos devidos à data de entrega deverão ser liquidados pelo adjudicatário.

A viatura/máquina deverá ser entregue com todos os documentos originais, certificado de conformidade, livros de manutenção, garantia e instruções de operação.

Artigo 17.º

Conformidade, operacionalidade e garantia

1. O cocontratante garante a conformidade e operacionalidade dos bens entregues objeto do presente Caderno de Encargos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos às vendas de bens de consumo e das garantias a elas relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O cocontratante é responsável perante o contraente público, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
5. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações, e no que se refere aos elementos entregues ao contraente público, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Artigo 18.º

Garantia e assistência técnica

1. O cocontratante garante os bens objeto do presente fornecimento contra defeito de fabrico, durante o prazo mínimo de dois anos a contar da data da sua entrega e montagem nas instalações do contraente público.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a. O fornecimento de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos;
 - c. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

- e. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g. A mão-de-obra.
3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo contraente público e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Artigo 19.º

Garantia da continuidade de fabrico

O cocontratante deve assegurar a continuidade de fabrico e fornecimento de todas as peças, componentes ou equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de 20 (anos) anos a contar da respetiva entrega do auto de receção respetivo.

Artigo 20.º

Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes ou licenças registadas.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Artigo 21.º

Equivalência

1. Os equipamentos/bens a fornecer deverão ter todas as características e funcionalidades mencionadas sendo que todas as referências a marcas/modelos deverão ser entendidas como meramente exemplificativas e nunca vinculativas à marca e/ou modelo referenciados, o que não implica a aceitação de produtos ou componentes com reconhecida baixa ou fraca qualidade.
2. Qualquer menção a uma marca ou modelo específico deverá ser entendida como tendo associada a citação “tipo ... ou equivalente”.
3. Os produtos propostos, preferencialmente deverão ser sempre iguais ou equivalentes ao solicitado, não o sendo possível, deverão ser de qualidade superior.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Artigo 22.º

Atualizações jurídico-comerciais

1. O cocontratante deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:
 - a. Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b. A sua denominação e sede social;
 - c. A sua situação jurídica;
 - d. A sua situação comercial.
2. O cocontratante obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Artigo 23.º

Proteção de dados

1. O prestador de serviços obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar utilizar ou discutir com terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Município ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas do Município, comprometendo-se, designadamente a não os copiar, reproduzir, divulgar, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros.
3. O prestador de serviços obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente:
 - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto deste contrato;
 - b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d. Cumprir todas as regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Município esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da CM contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f. Prestar ao Município toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o Município informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

- g. Assegurar que todos os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato relativamente às regras de confidencialidade e proteção de dados pessoais;
 - h. Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32º do RGPD.
 - i. Manter sigilo e garantir a confidencialidade.
6. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Município venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
7. Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao prestador de serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o referido colaborador.
8. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Artigo 24.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do artigo 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 25.º

Sanções

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 26.º

Penalidades contratuais

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de São Pedro do Sul poderá aplicar ao fornecedor o seguinte regime de penalidades:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos fixados para o fornecimento, por razões imputáveis ao adjudicatário é, cominável com multa calculada da seguinte forma:
 - i. $P = (V \times (Ax2)) / 365$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato do fornecimento dos bens (com IVA) e A é o número de semanas (5 dias úteis) em atraso relativos ao fornecimento do bem / correção de desconformidades;

O valor das sanções poderá ser descontado direta e automaticamente aquando do pagamento de faturas, cauções ou de acordo com as instruções da entidade adjudicante.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de São Pedro do Sul poderá exigir-lhe o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de São Pedro do Sul terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa e as consequências do incumprimento.

As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de São Pedro do Sul exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 27.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato;

A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 28.º

Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato nomeado pela entidade adjudicante constará do clausulado do contrato, tendo como função o acompanhamento da sua execução.

Artigo 29.º

Comunicações e Notificações

As notificações e comunicações entre as partes, realizadas no âmbito do contrato, devem ser dirigidas, para o domicílio ou sede contratual da contraparte, aí identificados, nos termos do CCP.

Qualquer alteração dos elementos identificativos das partes constante do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Artigo 30.º

Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a. A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

- c. Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Artigo 31.º

Código CPV

A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, com os códigos CPV:

- **43210000-8 Máquinas para terraplanagem**

Artigo 32.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pelo artigo 21.º da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio e pelo artigo 4.º do Decreto-Lei 78/2022 de 7 de novembro.

Paços de Concelho de S. Pedro do Sul, julho de 2025